

TERRITÓRIO EM DISPUTA: CAPITÃES-MORES NO POVOAMENTO DA VILA DE LAGES. SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1776-1820)

RENILDA VICENZI* 
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
 CHAPECÓ – SANTA CATARINA – BRASIL

RESUMO

Com o caminho demarcado por Cristóvão Pereira de Abreu (1732) ligando o caminho de Viamão aos sertões de Curitiba pelo interior, intensifica a circulação no sul da Capitania de São Paulo de homens e mercadorias, especialmente gado vacum e muar, propiciando a fixação de locais para pouso e descanso dos animais, a formação de novas propriedades rurais e espaços urbanos. A nova ocupação garantiria o domínio territorial português num espaço em que era possível desenvolver a criação de animais e dinamizar a prática do tropeirismo. Entre os homens que se deslocaram pelo caminho, estava Antonio Correia Pinto, indicado pelo Morgado de Mateus como capitão-mor para iniciar a ocupação e o povoamento na recém-criada vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, no extremo sul da Capitania. Neste texto abordamos ações dos capitães-mores, a partir das determinações dos governadores da Capitania de São Paulo, na formação e efetivação do caminho das tropas (Viamão- Curitiba) e da vila de Lages entre 1776-1820, através da análise de fontes como os maços populacionais, cartas patentes, cartas e ofícios dos governadores e dos capitães-mores e registros eclesiásticos, procurando demonstrar as relações políticas e econômicas que passam a se estabelecer no território desta vila.

Palavras-chave: Vila de Lages; Capitães-mores; Povoamento.

RESUMEN

Con el camino demarcado por el Cristovão Pereira de Abreu (1732), conectando el camino de Viamão a los sertones de Curitiba por el interior, intensifica la circulación en el sur de la Capitanía de San Paulo de hombres y mercancías, especialmente ganado vacum y muar, permite el establecimiento de locales para el desembarco y descanso de los animales, la formación de nuevas propiedades rurales y espacios urbano. La nueva ocupación garantiza el dominio del territorio portugues en el espacio que era posible desenvolver la creación de animales y dinamizar la práctica del tropeirismo. Entre los hombres que se desplazarán por el camino, estaba Antonio Correia Pinto, designado por el Morgado Mateus como el capitán-mor para comenzar la ocupación y el asentamiento en la recién creada pueblo de Nossa Senhora de los Prazeres de las Lagens, en el extremo sur de la Capitanía. En este texto cubriremos las acciones de los capitanes-mores, con base en las determinaciones de los gobernadores de la Capitanía de São Paulo, en la formación y la efectuación del camino de las tropas (Viamão-Curitiba) e de la vila de Lages entre 1776-1820, a través de una análise de fuentes como paquetes de la población, cartas patentes, cartas y oficio de gobernadores y de los capitones-mores y registros eclesiásticos, procurando demostrar las relaciones públicas e económicas que pasan a ser establecidas en el territorio de este pueblo.

Keywords: Pueblo de Lages; Capitanes-mores; Asientamiento.

* Doutora em História (UNISINOS). Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: reby.vicenzi@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os campos de Lages, localizados entre os campos de Viamão e os campos de Curitiba, passaram a ser vistos como integrantes de estratégias individuais e familiares possíveis a partir do caminho aberto por Francisco de Souza Farias (1728-1730), que ligava Viamão à Curitiba, com o objetivo de conduzir tropas de São Pedro do Rio Grande com destino a São Paulo, desviando, assim, do caminho marítimo por Laguna. A efetivação do caminho foi obra de Cristóvão Pereira de Abreu, com a demarcação da rota São Borja – Cruz Alta – Araranguá – Lages – Curitiba – Sorocaba. A partir dessa nova rota, iniciou-se a fixação de novos homens nos campos das *Lagens*. Eram portugueses, paulistas, rio-grandenses garantindo a posse territorial, associada às atividades econômicas ligadas à criação de gado, produção de subsistência e ao tropeirismo.

O novo caminho possuía diferentes formas de relevo e uma abundante hidrografia. Para melhor situar geograficamente este caminho das tropas, utilizamos a descrição de Mary del Priore e Renato Venâncio, o *Itinerário de Sorocaba para o Continente de Viamão*:

[...] partiam de Sorocaba, seguiam na direção de Itapetininga, atravessavam o Paranapanema, o Taguari, o Jaguariaiva, tocavam em Ponta Grossa e Curitiba e seus campos povoados de currais, cortavam o vale do rio Negro, penetravam nas florestas da serra do Espigão, entravam na região de Campinas, de Curitiba e Lages. De lá, prosseguiam pelos rios das Canoas e das Caveiras até o estreito desfiladeiro do caudaloso Pelotas. Depois da garganta do Pelotas abriam-se os campos de Vacaria, na serra riograndense. Desciam cortando os rios das Antas e das Camisas até a verdejante planície do Guaíba. Por toda a parte, de Sorocaba a Viamão, avistavam-se fazendas e currais de gado.¹

Instituiu-se o avanço na fronteira propiciado pelo acesso às abundantes terras, que, para a Coroa e os governadores da Capitania de São Paulo, se encontravam disponíveis e ociosas, não se levando em consideração a ocupação desse espaço por comunidades indígenas;² ainda,

¹ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 77.

² A resistência indígena ao processo de colonização/ocupação empreendido pelas políticas de expansão do domínio português no território durou décadas. Há relatos dos capitães-mores de ataques constantes dos indígenas às plantações, aos animais e homens, contudo os contatos e convívios com os não indígenas, acabaram por transformá-los em trabalhadores braçais nas atividades domésticas e de pecuária. As caçadas aos indígenas, a destruição de suas comunidades, possibilitou o enfraquecimento deles, que gradativamente evadiram-se, como forma de

a passagem das tropas possibilitava a criação e a invernagem de animais, bem como seu comércio no mercado de Sorocaba.

A vila de Sorocaba, ao longo dos séculos XVIII e XIX, não estava ligada exclusivamente a uma economia escravista e exportadora, era um sítio preferencial para a comercialização do gado proveniente do Sul. Segundo Bacellar (2001, p. 17), apesar de sua presença tênue na historiografia, “Sorocaba, com sua famosa feira anual, que atraía um sem-número de comerciantes e tropeiros” foi um grande centro urbano regional envolvido diretamente com a dinâmica do comércio de gado.

Os campos de Lages irão compor uma economia secundária no contexto agroexportador brasileiro, pois suas atividades econômicas abasteciam o mercado interno. Portanto, com uma economia não exportadora, ligaram-se aos mercados paulistas e mineiros durante os séculos XVIII e XIX. Para Fragoso, “a economia do Sul estava voltada para o mercado interno (fugindo assim, de certo modo, ao modelo exportador brasileiro), abastecendo em particular as áreas escravistas do Sudeste”.³

Além de ligar os campos de Curitiba a Viamão, a vila de Lages era território estratégico do império português para garantir seu domínio diante dos espanhóis. A ocupação espacial garantia a defesa do território contra uma possível invasão espanhola, a expansão desse império e a segurança na passagem das tropas. O comércio de mulas e gado bovino do Sul para São Paulo aumentava significativamente; assim, ao longo do caminho das tropas, a propriedade da terra foi-se efetivando através da concessão real (sesmarias e heranças) e da compra, propiciando, desta forma, a ampliação das atividades de pecuária e agricultura.

O modelo de colonização introduzido foi fundamentado na propriedade da terra. Os senhores de terras, cujas propriedades eram fazendas, em geral, possuíam escravos e agregados para a execução dos trabalhos domésticos, na pecuária e na agricultura. No processo de colonização e povoamento, além das vastas extensões de terras (fazendas), há um número significativo de propriedades de médio e pequeno porte. Isso significa que, além da produção

resistência, à procura de refúgios seguros. Ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.

³ FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, P. 173.

voltada para o comércio interno com vacuns, cavalares e muares, realizada principalmente em fazendas, temos a especificidade da presença de lavouras de subsistência.

Nessas propriedades menores, a produção agrícola voltava-se para a subsistência e o abastecimento local, e, mesmo com a presença de um pequeno número de escravos e de agregados, os proprietários e suas famílias certamente não ficavam isentos do trabalho na lavoura e na criação de animais. Portanto, as médias e pequenas propriedades possuem em sua maioria mão de obra familiar, auxiliada por agregados, e por dois ou três escravos. São identificadas pelas seguintes expressões: “planta para seu gasto”, “vive nas suas lavouras e planta mantimentos para seu gasto”, “planta para seu gasto com vacuum e cavalari”, e ainda algumas “plantam mantimentos para vender na vila”,⁴ indicando que em alguns momentos havia excedentes para comercialização na sede da vila.

É na dinâmica da constituição e demarcação da propriedade da terra com uso da mão de obra escravizada e familiar, na produção e criação de animais e, no estabelecimento através dos capitães-mores de poderes administrativos e políticos que se constituíram o território da vila de Lages. Ainda, este não era um espaço vazio, desabitado, mas um espaço com a presença (habitado) de comunidades indígenas (Xokleng e Kaingang). Alguns dos novos homens ignoravam a presença de indígenas; outros os viam como possibilidade de mão de obra e os tornavam seus agregados, assim eram transformados em gentios mansos cristãos; mas a maioria, auxiliada pelas determinações governamentais, empreendeu guerra justa e gradativamente os eliminou. Houve uma diminuição geral das populações indígenas, o território e as terras que foram dadas aos colonos foram negadas e usurpadas dos indígenas, mas ainda precisa ser realizado um estudo pormenorizado sobre o impacto demográfico das populações indígenas no planalto catarinense no final do século XVIII e início do XIX.

O CAMINHO E O INÍCIO DA POVOAÇÃO DA VILA DE LAGES

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba e a cidade de São Paulo foram centros receptores e difusores da vida econômica e social do centro-sul do Brasil. Nesse período, essas localidades careciam de produtos, animais e homens de

⁴ APESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226.

outras regiões do Brasil, pois houve:

[...] o surgimento de um importante pólo econômico em torno das áreas de mineração, e exigia permanente movimentação de cargas pelo interior, utilizando-se o braço humano e o lombo de mulas. A demanda pelos animais gerou um complexo sistema, envolvendo a criação no sul e seu deslocamento por milhares de quilômetros até Sorocaba, onde centralizava-se a comercialização.⁵

O contato da região mineradora e de Sorocaba com o sul da colônia era precário, pois faltavam estradas trafegáveis que possibilitassem o transporte e o comércio de animais vivos pelo interior. O caminho já existente pela costa marítima iniciava na Colônia de Sacramento, passava por Laguna e seguia às Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto era extenso, visto que, após a chegada ao litoral dessas capitânicas, as mercadorias precisavam ser transportadas ou se autotransportarem para o interior. Com o objetivo de realizar um novo caminho que interliga as regiões do interior da Colônia, em 19 de setembro de 1727, o capitão general da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, ordenava “para o sargento-mor Francisco de Souza Faria⁶ abrir o caminho pela paragem que achar mais conveniente, possível e fácil, para por ele poder conduzir gados e cavalgaduras para os campos gerais de Curitiba”.⁷ Para realizar o caminho, Souza Faria recebeu na vila de Santos armas, munições e ferramentas,⁸ e deveria seguir as seguintes instruções: sua viagem iniciaria na vila de Paranaguá em direção ao rio São Francisco, Ilha de Santa Catarina até Laguna, de onde partiria para Curitiba. Os capitães-mores e os oficiais que se encontravam ao longo do caminho deveriam obedecer e acatar suas ordens, além de auxiliar com homens, mantimentos, gado vacum, cavalos e embarcações.⁹

Souza Faria foi orientado a descrever com precisão a vegetação, a hidrografia, o relevo e os indígenas; também, para garantir sua segurança e de seu bando, deveria criar laços de

⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. População e Família. USP-FFLCH. n.º.3. São Paulo, 2000, p. 2.

⁶ Em 20 de setembro de 1727, Francisco de Souza Faria recebeu do Capitão Pimentel a carta patente de Sargento-mor da vizinhança do Rio Grande de São Pedro e seus sertões. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR: Documentos Interessantes, v. 25, p. 28. Obs: Doravante utilizaremos somente IHGPR.

⁷ IHGPR: Documentos Interessantes, v. 25, p. 29.

⁸ IHGPR. Arquivo da Torre do Tombo. Documento 570. Despesas da fazenda real de munições e outros. IHGPR. Arquivo da Torre do Tombo. Documento 572. Em 8 de agosto de 1733, Dom João e o Conselho Ultramarino português aprovaram as despesas na abertura do Caminho do Rio Grande de São Pedro para a vila de Curitiba.

⁹ IHGPR: Documentos Interessantes, v. 25, p. 30.

amizade com os indígenas e possíveis castelhanos que encontrasse ao longo do caminho. A inteligência e experiência no comércio com índios e castelhanos e seus conhecimentos sobre a região foram os motivos da escolha de Souza Faria pelo capitão general Caldeira Pimentel¹⁰. Segundo Kuhn, “o novo governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, resolveu enviar o sargento-mor Francisco de Souza Faria, experimentado nos sertões meridionais, para abrir a estrada que ligasse os campos sulinos à vila de Curitiba”.¹¹ A solicitação do governador foi posta em prática em 1728, quando Souza Faria efetivou o Caminho dos Conventos,¹² ligando o litoral (Laguna) aos campos de Cima da Serra, com o objetivo de seguir para os campos de Curitiba e chegar até Sorocaba.

Porém, a ligação interna, sem passar por Laguna, foi concluída em 1732 por Cristóvão Pereira de Abreu, após ter iniciado em 1731 sua jornada na Colônia de Sacramento, com destino a São Paulo. Era um novo caminho a ser percorrido por homens e animais. O caminho aberto por Cristóvão de Abreu¹³ a partir de Viamão seguia na direção do rio Rolante, afluente dos Sinos, penetrava nos campos de Cima da Serra (Vacaria), atravessava o rio Pelotas, seguindo no sentido dos campos de Lages para os campos de Curitiba, até o destino final, Sorocaba. Esse novo caminho recebeu a denominação de Caminho ou Estrada das Tropas.

Em carta, Cristóvão Pereira detalhou sobre a viagem e os animais que transportavam a Sorocaba, destacando que foram “[...] perto de 700 cavalgadas, pois foram perdidos cerca de 10 animais. As perdas ocorriam em virtude das pestes, que sempre foram presentes nas tropas, matando principalmente as mulas”¹⁴. Ainda, o tropeiro descreve a dificuldade de abrir caminhos em morros, buracos, matos e brejos, a perda de animais que ficaram doentes e de homens por desordem; a necessidade de instalar registros ao longo do caminho e de estabelecer fazendas próximo a Curitiba para a criação de gado vacum e cavalar (principalmente de éguas). Com relação ao tempo de viagem, de Laguna até os campos de Curitiba (depois denominados

¹⁰ IHGPR: Documentos Interessantes, v. 25, p. 31-32.

¹¹ KUHN, Fábio. *Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói/RJ, 2006, p. 55.

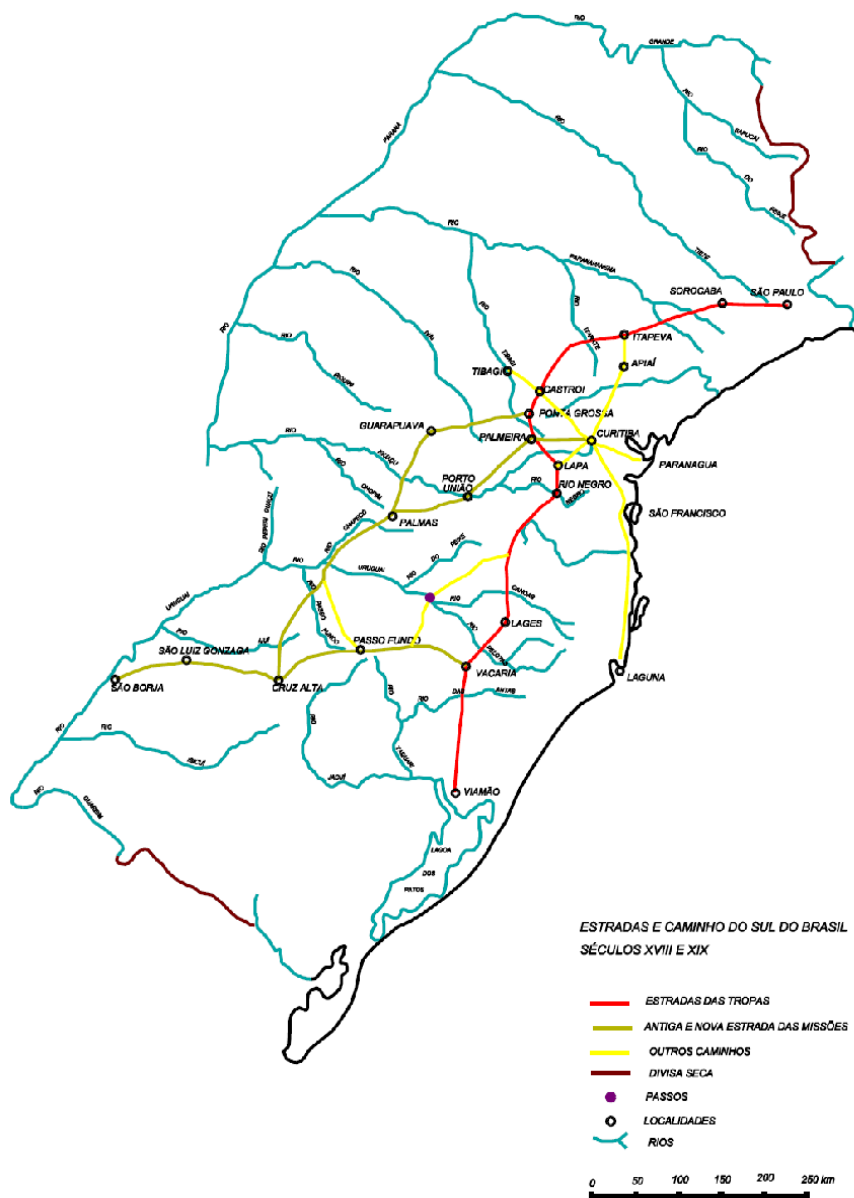
¹² De acordo com Almeida a iniciativa de Souza Farias foi um ato de pioneirismo. “O sargento-mor Francisco de Faria e Souza que com 70 homens, metade a cavalo, partiu dos Conventos em 1727 no Araranguá, atingindo Curitiba após dois longos anos de emoções e de trabalhos”. ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 186. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 111. Para Holanda: “Deve-se a empresa a Francisco de Souza e Farias, que conseguiu ligar o sul a São Paulo, aproveitando-se daquela faixa de campos que se estende de Curitiba para o sul”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 225.

¹³ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

¹⁴ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625. Carta escrita por Cristóvão Pereira de Abreu ao Capitão Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Vila de Paranaguá, 14 de maio de 1734.

campos de Lages), foram 16 dias, e destes mais 10 dias até as fazendas próximas da vila de Curitiba. Ainda, foram necessários mais 6 dias até chegar à estrada para São Paulo, por onde “sem dúvida o caminho era melhor”.¹⁵

Mapa 1. Localização dos caminhos nos séculos XVIII e XIX



Fonte: VICENZI, Renilda. *Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2015, p. 37.

¹⁵ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

Oliveira Vianna¹⁶ cita que foram 3.000 cavalgadas que Cristóvão de Abreu introduziu em São Paulo na sua primeira viagem. Para Tiago Gil “ele chegou com uma volumosa tropa, sendo, além de 'fundador', o primeiro negociante de gados a cruzar aquele percurso.¹⁷ Foi apenas o começo de uma rota que testemunharia, ao longo dos anos seguintes, uma enorme movimentação de animais”.

De acordo com Ana Lúcia Herberts, que descreve o fato a partir das "Notícias Práticas", isto é, o relato que Cristóvão fez ao padre jesuíta Diogo Soares, após a abertura do caminho, “conduzindo uma tropa de 800 cavalgadas, com 60 pessoas e um prático, levando 13 meses para concluir a expedição, chegando no seu destino final, a Vila de Curitiba, e de lá seguiu a São Paulo pelo caminho já existente”.¹⁸ Não temos intenção de discutir e divergir sobre o tempo de viagem e o número exato de animais que chegaram ao seu destino, mas salientar a importância desse caminho ao delinear os campos de Cima da Serra como rota de passagem. O tropeiro coronel Cristóvão Pereira passou com sua tropa nos pastos lageanos, seguindo em direção a Sorocaba e, após essa passagem, novos tropeiros e novas tropas seguiram e pousaram por esses campos.

A abertura do novo caminho encurtou distâncias e era mais rentável à fazenda real, ao possibilitar com maior rapidez o fornecimento de cavalgadas e boiadas às minas¹⁹, sendo assim mais vantajoso que os anteriores. Após a realização do trabalho de abertura do caminho, o Conselho Ultramarino português enviou carta a Cristóvão Pereira de Abreu.²⁰ Nessa carta, destacam-se os serviços prestados por ele à Coroa na abertura do caminho, que o remunerava por 12 anos com a metade dos impostos cobrados no registro de Curitiba. Destaca, ainda, que foram enviados pela Coroa quatro soldados, um cabo montado e um escrivão para garantir e garantir os direitos tributários nesse registro e coibir o desvio de animais por outros caminhos.

A distância entre o Registro de Viamão e o de Sorocaba era em torno de 1.500km, caminho identificado no mapa anteriormente apresentado. O ritmo temporal era marcado pelos

¹⁶ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul*. 1. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. da UFF, 1987, p. 83.

¹⁷ GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 224, p. 45.

¹⁸ HERBERTS, Ana Lúcia. *Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC*. Tese (Doutorado em História) – PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2009, p. 128.

¹⁹ HGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 570.

²⁰ Carta data de 04 de maio de 1747. IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 150.

passos das mulas e dos demais animais em comitiva durante a caminhada, e pelos contratemplos, principalmente os relacionados à natureza, ao longo da viagem.

O caminho e as paradas/pontos criados e ampliados a partir da expedição de Cristóvão P. de Abreu, nos campos de Cima da Serra, passaram a ser de responsabilidade do capitão-mor da nova vila de Lages. O Morgado de Mateus mandou povoar 150 léguas despovoadas – o chamado sertão das Lages – e ordenou ao primeiro capitão-mor da vila de Nossa Senhora dos Prazeres, Antônio Correia Pinto,²¹ que patrulhasse e impedisse a passagem pela fronteira da Capitania de comerciantes e animais que não portassem os selos reais. Segundo o Morgado, “os comerciantes que baixam aquelas fronteiras ao dilatado negócio das cavalgadas, faziam seus empregos no gênero de éguas e burros para o centro das Capitânicas das Minas, por não pagarem, causavam prejuízos aos Reais Quintos”.²² Para guarnecer o caminho, o capitão-mor passou a entregar passaporte aos homens que conduziam as tropas no limite da Capitania, assim estabelecia-se certa vigilância e tornava-se a vida dos transeuntes mais cômoda, pois não era mais necessário ir até a cidade de São Paulo para buscar autorizações.

O capitão-mor deveria garantir a conservação das estradas para a passagem de avisos e ordens do Real Serviço, de diligências, e de mercadorias.²³ As paradas serviram de acomodação para viajantes e homens, que vinham com suas famílias e pertences pelos campos gerais, em direção ao Sul.

A supervisão realizada pelo capitão-mor de Lages era facilitada pela existência de uma única estrada, conhecida como “o imenso e universal caminho que vem de Curitiba”.²⁴ Além de povoar, era preciso garantir que os quintos dos animais fossem pagos na passagem da Capitania do Rio Grande para a Capitania de São Paulo, e que se evitasse ao máximo a perda de animais ao longo do caminho.

Para garantir os quintos aos cofres reais, em janeiro de 1780, foi criado um registro, denominado de Sam Paulo do rio Canoas. Esse era o registro que ficava sob a responsabilidade dos homens da vila de Lages, e ponto estratégico na defesa da fronteira sul da capitania. A inspeção do registro ficou a cargo do capitão comandante Bento do Amaral Gurgel, responsável

²¹ Em 9 de julho de 1776, dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeou e proveu Antonio Correia Pinto com carta patente de capitão-mor regente. IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 667.

²² IHGPR: Documentos Interessantes, v. XV. p. 73.

²³ IHGPR: Documentos Interessantes, v. VII. p. 106.

²⁴ IHGPR: Documentos Interessantes, v. XV. p. 76.

pelos assentos nos livros e recibos. O registro deveria ser guarnecido com soldados ou ordenanças, para coibir e proibir qualquer pessoa ou canoa de se instalar às margens do rio, pois somente com consentimento do capitão comandante poderiam se estabelecer. Só poderiam passar “éguas, burros e vacas de criar”, pagando os quintos à Real Fazenda, e as guias dos quintos de couros ou gados em pé eram lavradas pelo escrivão da Câmara e apresentadas nos portos da Marinha e Alfândega da cidade do Rio de Janeiro. Para evitar prejuízos, o passo do rio Canoas era bloqueado em períodos de chuva e frio intensos. Os quintos arrecadados não poderiam ser utilizados em socorro aos moradores, pois poderiam ocasionar prejuízos à Real Fazenda.²⁵

A falta de recursos para administrar a vila de Lages foi sempre assunto recorrente na documentação oficial; portanto, com a proibição de utilizar os quintos, a Coroa impossibilitava o desenvolvimento do povoamento e comprometia a segurança dos habitantes, mostrando a realidade de um estado débil e de como a *tranquilidade pública* dependia de fato dos próprios habitantes, havia a necessidade de negociação entre os colonos e a administração colonial para o avanço e efetivação do domínio territorial. Laura de Mello e Souza destaca que os paulistas garantiram o avanço da colonização na América portuguesa, eram homens com virtudes e vícios que gradualmente formavam as identidades regionais e dispunham de recursos privados para proceder a colonização.²⁶

Após a criação oficial do registro, as ordens eram de confiscar animais contrabandeados. O roubo de animais nas terras do Sul não era algo novo, pois em 1734 Cristovão Pereira de Abreu alertara aos governadores sobre a necessidade de um "remédio" para os ladrões de gado; segundo ele, “os roubos sempre tiveram [...] portugueses, castelhanos, Tapes e Minuanos em parte nenhuma têm as suas cavalhadas seguras”.²⁷ Em 1789, na vila de Lages, por ordem do governador Bernardo Jozé de Lorena, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel realizou um leilão com os animais que haviam sido confiscados dos contrabandistas nos anos recentes. O valor arrecadado foi depositado na cidade de São Paulo, e de lá deveria ser requerido pelos

²⁵IHGPR: Documentos Interessantes, v. XXXI, p. 201-209. Cópia das Instruções deixadas ao Cap. Comandante Bento do Amaral Gurgel, nas Lages, por Antonio Correia Pinto. Vila de Lages, 31 de janeiro de 1780.

²⁶SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁷ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

governadores do Rio Grande ou das Missões.²⁸

Após a criação do novo registro, os condutores de tropas e os negociantes de mercadorias eram obrigados a passar por ele para seguir viagem, mas, apesar de se ter guarnecido e contribuído para a fiscalização na fronteira, era difícil controlar a *gente de todo tipo* que por ali passava. Eram contrabandistas, desertores e criminosos; quando apanhados, eram enviados “com a devida segurança” à cidade de São Paulo, para serem punidos.²⁹

De acordo com Almeida o caminho também foi responsável pela criação da vila, “[...] aproximando-se o mais possível da Serra Geral, ele atravessa os rios geralmente ainda pequenos, muitos a vau. Já em Santa Catarina provoca a fundação de Lajes (1767) no planalto”³⁰. Após três décadas da passagem de Cristovão de Abreu, nas margens do novo caminho das tropas, foi fundada a nova vila nos campos de cima da serra do Viamão sob a responsabilidade do capitão-mor Antonio Correia Pinto e após de seus sucessores.

OS CAPITÃES-MORES NA VILA DE LAGES. 1776-1820

O Morgado de Mateus escreveu ao Conde de Oeiras, em março de 1766, os limites da Província de São Paulo; segundo ele, “os campos de Lages, que são os últimos confins que hoje tem esta Capitania da parte Sul e se estendem até as bordas do rio Pelotas”.³¹ Nessa mesma descrição, demonstra sua preocupação com o estabelecimento de vilas ao longo do caminho de Viamão, especificamente no espaço entre a vila de Curitiba e o rio Pelotas. Para o Morgado de Mateus, entre a vila de Curitiba e os campos em cima da Serra, existiam cento e cinquenta léguas *despovoadas*. As futuras povoações seriam responsáveis por impedir o avanço das missões espanholas e garantir o domínio português no rio Pelotas³² – estas deveriam nascer nos sertões de Curitiba, assim que os paulistas iniciaram as migrações.

Em 1767, o Morgado de Mateus justificou a escolha por paulistas, quando enviou ao

²⁸ IHGPR: Documentos Interessantes, v. XLVI, p. 37-39.

²⁹ IHGPR: Documentos Interessantes, LVII, p. 160-170.

³⁰ ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 186. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 194, p. 99.

³¹ Ofício do Morgado de Matheus ao conde de Oeiras, Santos, 30 de março de 1766. Arquivo do Estado de São Paulo - AESP: Documentos Interessantes, n. 07, p. 200-215. Doravante utilizaremos somente AESP.

³² IHGPR: Documentos Interessantes, v. XV, p. 75. O rio Pelotas passava a ser o marco de divisão territorial, isto é, a fronteira entre as Capitânicas de São Paulo e Rio Grande de São Pedro.

Vice-Rei carta comunicando a oposição dos povos que já habitavam esses sertões em criar vilas: “os pequenos querem viver em liberdade, nos vícios livres de todo o governo, e os maiores porque querem servir-se dos menores, e tê-los como verdadeiros escravos”.³³

Ainda por determinação do Morgado de Mateus, no ‘certão de Curitiba’, foi instalada a nova vila, e para garantir sua efetivação, expôs:

[...] tenho nomeado um capitão-mor para ir congregar a gente que se acha espalhada para aquele certão do rio Pelotas, com ordem de defendê-lo de toda invasão que por ali possam intentar os inimigos, [...] que logo que formar a referida povoação lhe ponha o nome de Villa Nova dos Prazeres dos Campos das Lagens e da Igreja Matriz [...], Nossa Snr^a dos Prazeres.³⁴

O Morgado de Mateus fez homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres, por ser ela descrita como sua advogada, madrinha e padroeira de sua casa. A povoação deveria se localizar às margens dos rios Pelotas ou Canoas, pontos estratégicos de defesa, descritos como caudalosos, rápidos e abundantes em peixes; e as terras próximas a esses rios seriam para a fundação de muitas fazendas de gado. Territorialmente, o rio Pelotas dividia os campos de Lages pertencentes à Província de São Paulo dos de Vacaria, pertencentes à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Entre as razões que fizeram o governador da capitania de São Paulo enviar Correia Pinto para fundar a vila de Lages, destaca-se a geografia da terra, isto é, um terreno favorável para se criar fazendas de gado e o cultivo de frutos (tropicais), a distribuição de sacramentos, e com eles a consolidação e expansão da cristandade e a defesa do território brasileiro contra a ameaça castelhana.

A preocupação com relação à Coroa espanhola ocorria em virtude de suas incursões no litoral sul português. Em 1777, em uma das incursões, a Espanha ocupou a ilha de Santa Catarina. Mas, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que definiu os territórios entre as duas coroas, os espanhóis retiram-se da ilha. Apesar da existência do tratado, a Coroa portuguesa não descartava a possibilidade de possíveis ataques espanhóis. As disputas por

³³ Carta escrita em 7 de julho de 1767. IHGPR: DI, v. XXIII, p. 203-206.

³⁴ APESP: Documentos Interessantes, 55, p. 98-99.

territórios no sul do atlântico entre Portugal e Espanha ao longo do século XVIII também motivaram a efetiva ocupação do Brasil Meridional pelos portugueses³⁵. Nesse contexto, Lages era um ponto estratégico na defesa dos domínios portugueses no Sul. De acordo com Bellotto: “Na fundação de Lages, o objetivo militar (trânsito de tropas) mesclava-se ao colonizador (implantação de povoação) e ao político (extensão de domínio português)”³⁶. Assim, a política empreendida pelo Morgado de Matheus atingia ‘os confins’ da Capitania de São Paulo.

Havia dois interesses explícitos na criação da vila: o primeiro era o domínio do Império Português contra possíveis ataques espanhóis; e o segundo, o avanço da capitania de São Paulo até o rio Pelotas, definindo sua fronteira com o Rio Grande. Nas palavras do governador está a preocupação com a defesa: “o passo do rio Pelotas é um ponto muito importante, pela facilidade com que podem descer das Missões pelo Campo da Vacaria, o podem tomar, e tomando, nos fecham a passagem do único caminho que temos por Cima da Serra de Viamão”³⁷. Para ele, era preciso defender e guarnecer o passo do rio Pelotas; daí a necessidade da permanência de homens nesse lugar, a qualquer momento poderiam socorrer o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina contra possíveis ocupações espanholas.

Até a década de sessenta do século XVIII, o passo do rio Pelotas ainda não significava, efetivamente, os limites entre as Capitânicas de São Paulo e Rio Grande. Por ser essa uma terra de passagem e um espaço pouco habitado por paulistas, José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande, manifestava que seus territórios estavam aquém do rio Pelotas e alegava expansão indevida dos paulistas; por sua vez, o Morgado de Mateus justificava que não tinha ambição de alargar as já existentes raias da capitania e iria zelar pelas terras.³⁸

Em 14 de março de 1767, o juiz ordinário da vila de Curitiba estabeleceu oficialmente os limites entre as capitânicas de São Paulo e Rio Grande:

³⁵ Lembrando também que essa ocupação é um desdobramento das estratégias da Coroa portuguesa em diálogo com as pretensões espanholas, cujas disputas e ambições mútuas se materializaram nos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). No Tratado de Madrid, estabeleceu-se como princípio o *uti possidetis*, ou seja, “quem usa tem a posse”.

³⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 158.

³⁷ APESP: Documentos Interessantes, 23, p. 40-43. Ofício do Morgado de Mateus ao conde Oeiras. São Paulo, 24 dez. 1766.

³⁸ APESP: Documentos Interessantes, 14, p. 6-70. Ofício do Conde de Cunha ao Morgado de Mateus. Rio de Janeiro, 24 set. 1765.

[...] digo que o Distrito desta Vila compreende para o sertão do Sul, até o Rio das Pelotas, que é o que divide o Campo das Lagens do Campo de Vacaria, cujo termo, ou baliza foi conhecido sempre, por cujo motivo sempre as justiças desta Vila administraram ato de jurisdição, sem impedimento, nem contradição, como se vê no cartório desta Villa.³⁹

E ainda, em 1768, o Morgado de Mateus ordenou aos dizimeiros do *certão das Lagens* que pagassem à Capitania de São Paulo, à qual pertencia, e não ao continente de Viamão⁴⁰. Após esse breve período de disputas territoriais, em setembro de 1770, o Morgado de Mateus ordenou a elevação de freguesia à categoria de vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages.⁴¹ A sede da vila ficava distante cerca de cem léguas de Curitiba, e em virtude das cheias dos rios Pelotas e Canoas mudou de lugar duas vezes, estabelecendo-se, por fim, em um local alto e seguro, próximo ao rio Caveiras.⁴²

Em maio de 1771, o capitão-mor regente Antônio Correia Pinto oficializou a criação da vila e, na presença do escrivão Marcelino Pereira Lago e de vinte e dois moradores,⁴³ levantou-se o pelourinho e escolheu o lugar para a casa da Câmara e a cadeia. O capitão-mor já possuía a planta da vila, que havia sido realizada em 1768 pelo governador da capitania, onde constava sua formação em quadras, com ruas de sessenta palmos de largura e casas com quintais internos. Para que o projeto de “formatura” da vila não fosse descaracterizado, após a construção das primeiras casas, o capitão-mor passaria a cobrar os dízimos antes de consentir novas construções.⁴⁴

Os capitães-mores estavam envoltos na manutenção do equilíbrio local e regional, seu protagonismo era definidor para que as políticas expansionistas da coroa portuguesa e dos governadores de Capitania de São Paulo tivesse êxito. Santos⁴⁵ descreve a trajetória de seis capitães-mores que governaram a capitania do Pará na primeira metade do século XVIII, e

³⁹ Arquivo Público do Paraná - APPR: Livro da Câmara de Curitiba. Pasta Domínio Público, s/n.

⁴⁰ IHGPR: Documentos Interessantes, v. LXV, p. 212.

⁴¹ IHGPR: Documentos Interessantes, v. LXV, p. 325-326.

⁴² IHGPR: Documentos Interessantes, v. XV, p. 76-77.

⁴³ APESP: Documentos Interessantes, 55, p. 150-155. Além do capitão-mor e do escrivão, os 22 nominados são os seguintes: capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, Domingos Rodrigues Vidigal, Antônio de Souza, Manoel Barboza, tenente Bento Soares da Mota, alferes José Raposo Pires, Sebastião Pinto dos Reis, Furriel Lourenço Rodrigues da Rocha, Antônio José de Miranda, Luis Madeira Ramos, Felipe Barboza Leme, Mateus José de Souza, Caetano Saldanha, Domingos Antônio Pereira, Luis Feliz da Silva, Francisco Xavier, Pedro Gonçalves Furtado, Francisco Antunes da Porciúncula, Antônio Lopes, Agostinho de Souza Rabello, A. de Almeida, Bento Manoel Paes.

⁴⁴ IHGPR: Documentos Interessantes, v. LXV, p. 54. Este local é a atual cidade de Lages – SC.

⁴⁵ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, 2015, p. 667-688.

ênfatisa a partir do Regimento dos capitães-mores daquela capitania, que as funções eram governamentais e militares, sendo principalmente de defesa, administração, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, e avanço com entradas pelos sertões. Funções estas que também fazem parte das responsabilidades dos capitães-mores na vila de Lages.

Estabelecida à bandeira de Correia Pinto, iniciou-se a migração para o povoamento, com homens livres e libertos oriundos de outras regiões, aproveitando as oportunidades dessa fronteira em movimento.⁴⁶ Esses homens traziam consigo familiares, agregados e escravos, e também a esperança de mudar sua condição social e econômica.

Até a chegada dos paulistas e seus familiares, a população era formada por nativos, denominados pelas autoridades de *índios* e *bugres*, e por desertores. A partir daí, formou-se um núcleo populacional com a inclusão de livres, forros e escravos. Em 1777, o capitão-mor Correia Pinto realizou o primeiro mapa geral dos povos de Lages. Ele contabilizou 662 indivíduos: 225 brancos e pardos livres, 142 brancas e pardas livres, 58 índios, 36 índias, 8 pretos forros, 2 pretas forras, 119 pretos e pardos cativos e 72 pretas e pardas cativas.⁴⁷

O grau de mestiçagem dessa população pode ser verificado pela indistinção, nesse mapa de 1777, dos *brancos* e dos *pardos*. As percepções e sentidos atribuídos a mestiçagem é permeada pelo aumento de negros livres ao longo do século XVIII na América portuguesa e pela presença (resistência) de indígenas nestes campos, e de acordo com Silva H. Lara (2007) a prática da alforria tem papel central na prática da mestiçagem neste período. Todavia, sabemos que não havia um padrão para classificar a cor de uma pessoa, mas a presença de indígenas (gentios como eram nominados nos mapas) entre os agregados, e os filhos nascidos, quer uniões com negros, quer das com brancos, propiciaram ainda mais a mestiçagem, que certamente não foi só de cor, mas cultural.

Não que tal distinção por cor não fosse operacional socialmente, mas ela de certa forma se diluía nesta região de ocupação recente e de oportunidade para famílias não brancas se assentarem como proprietárias de terras, animais e pessoas escravizadas.

O Morgado de Mateus justificava a importância da criação da vila e a presença de um capitão-mor para romper com o isolamento que se encontrava na região. Para ele, esse era um

⁴⁶ FÁRIA, 1998. Sheila de Castro Faria apresenta as possibilidades de mobilidade na colônia.

⁴⁷ APESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Mapa Geral do Continente das Lages, 1777.

espaço propício para o “refúgio de matadores e covil de ladrões, o que prejudicava o negócio das cavalgadas para todas as Minas”.⁴⁸ Para o Morgado de Mateus, Correia Pinto era um paulista em quem Sua Majestade podia confiar, pois “hoje já se acham poucos que, como ele, se desterrasse a instâncias minhas das comodidades desta cidade e de sua casa para ir gastar a sua fazenda [...], a serviço de povoar aquela fronteira”.⁴⁹ No mesmo ano, Antonio Correia Pinto foi nomeado “no posto de capitão-mor Regente do Certão de Curitiba, principiando do Campo da Estiva para o Sul até as fronteiras desta Capitania”.⁵⁰ Os serviços do capitão-mor deveriam ser empreendidos na defesa e no povoamento, com homens que construíssem suas casas e cultivassem suas terras, sem esquecer-se de pagar os dízimos à coroa. O Morgado de Mateus objetivava o povoamento e a guarnição no Caminho do Viamão.⁵¹ Portanto, era estratégica a criação de uma vila entre a já existente vila de Curitiba e as bordas do rio Pelotas – este último era o limite com a Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Mesmo com a oficialização da vila e de seus limites, o capitão-mor Correia Pinto foi questionado pelo governo de Viamão e da Ilha de Santa Catarina sobre os limites entre as capitanias. Em dezembro de 1773, Correia Pinto recebeu ordens do governador da Capitania de São Paulo para declarar as confrontações e demarcações da nova vila com os governos vizinhos, isso porque, entre os meses de fevereiro e maio daquele ano, o governador de Viamão José Marcelino de Figueiredo e o governador da Ilha de Santa Catarina pediram uma certidão das negociações que definiram os limites entre as capitanias. Em resposta, Correia Pinto expôs que a fronteira com o continente do Rio Grande de São Pedro e com Laguna foi estabelecida a partir das ordens de Sua Majestade.⁵²

Em 1778, o governador Martins Lopes Lobo de Saldanha comunicava a Correia Pinto que o provedor da fazenda de Viamão “possuía mal fundadas pretensões”, pois estava dando ordens aos habitantes da vila de Lages, mesmo não sendo de sua jurisdição.⁵³ Isso indica que, após dez anos das determinações dos limites, as autoridades administrativas de Viamão não haviam aceitado os limites entre as capitanias, e continuavam a transpor e acompanhar a vida

⁴⁸ Regimento das certidões de serviços do Capitão regente da nova Vila de N. Senhora dos Prazeres das Lages. IHGPR: Documentos Interessantes, v. XV, p. 71-73.

⁴⁹ VIANNA, 1987, p. 86.

⁵⁰ IHGPR: Coleção Torre do Tombo. Pasta 03. Documento 166. Carta Patente de Capitão-mor.

⁵¹ APESP: Documentos Interessantes, 7. p. 205- 215. Ofício do Morgado de Mateus para o Conde Oeiras, em 30 de março de 1766.

⁵² IHGPR: Documentos Interessantes, v. XXXIII, p. 119-121.

⁵³ IHGPR: Documentos Interessantes, v. 81, p. 53-54.

dos habitantes na margem direita do rio Pelotas.

Com a justificativa de defesa da fronteira política da Capitania de São Paulo, o governador iniciou a propagação por outras regiões da colônia da criação da nova vila; com isso, pretendia atrair homens dispostos a ocupar as léguas desses sertões e garantir os quintos reais.

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Morgado de Matheus, [...] Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo etc. Por quanto se faz preciso formar na paragem chamada as Lages distrito da Villa de Curitiba, uma povoação para princípio da qual são necessários alguns casais, [...] e estes voluntariamente se ofereçam pera irem povoarem a dita paragem, faço saber que lhes mandarei dar terras que careçerem segundo as possibilidades que tiverem, e ferramentas necessárias para a cultura das referidas terras, lhes facultarei todos os privilegios que sua Magestade concede aos povoadores de terras, e serão atendidos em todos os requerimentos que me fizerem respectiva a sua acumulação, fazendo com que se situem onde melhor lhes convier. Cidade de São Paulo, seis de agosto de mil e sete centos e sessenta e seis [...].⁵⁴

De acordo com o Morgado de Mateus, após a criação da vila e para melhor efetivar o povoamento, desejava-se a fixação de novos habitantes, especialmente de casais. A quantificação do número de casais, de acordo com as contagens populacionais dos primeiros anos, não é possível, mas, pelos números totais dessas contagens, podemos afirmar que houve aumento no número de habitantes, apesar das oscilações.⁵⁵ As motivações para as oscilações populacionais estão relacionadas, entre outras causas, ao abandono da vila pelas autoridades da capitania, aos ataques indígenas e às condições climáticas, especialmente o inverno, nos campos.⁵⁶ Mas certamente muitos se deslocaram até os campos de Lages influenciados pelas possibilidades de receberem terras; e, em território com seus contornos em definição, a expansão de fronteira com suas frentes de povoamento era importante para a Coroa, e principalmente para a Capitania de São Paulo.

A imagem da vila para os vizinhos dos campos de Viamão não era boa. Em fevereiro de

⁵⁴ IHGPR: Documentos Interessantes, v. 81, p.54

⁵⁵ APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Em 1777, eram 662 indivíduos; em 1778, aumentou para 643; em 1795, diminuiu para 393; voltando a aumentar a partir de 1798 para 546. São números do total da população, há presença de livres, forros e escravos.

⁵⁶ IHGPR: Documentos Interessantes, v. XXI, p. 13-15.

1771, o governador de Viamão, José Marcelino, escreveu ao capitão-mor Correia Pinto. Na correspondência, José Marcelino deixa claro que Correia Pinto não podia obrigar Lourenço Rodrigues ao serviço militar; e, apesar de residir na vila de Lages, Lourenço tinha direito de não servir à capitania de São Paulo, afinal havia nascido em Viamão⁵⁷. Ainda, em 23 de setembro de 1771, os oficiais da câmara do Rio Grande enviaram ao rei d. José I o pedido de que o registro de Viamão fosse mudado para o rio Pelotas, destacando que “a nova vila das Lagens levantada pelo capitão general da província de São Paulo com algumas fazendas que são muito mal cultivadas”⁵⁸. Assim, ficava difícil atrair homens da capitania vizinha; talvez as disputas anteriores sobre a delimitação da fronteira entre as duas capitanias fossem o motivo para os rio-grandenses não aceitarem a posição do capitão-mor e também de desacreditar a nova vila ao rei.

Na busca por atrair novos homens, em 1779, o governador da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, relatou os serviços de abertura de estradas, o pagamento de tributos e o crescimento no número de homens nos campos de Lages, medida que também foi registrada pela Câmara da cidade de São Paulo⁵⁹. Provavelmente, o governador almejava, com a notícia, disseminar uma visão menos desanimadora acerca dessa vila, e atrair mais habitantes para os campos.

O crescimento populacional, com as pequenas variações de decréscimos, foi maior a partir do início do século XIX,⁶⁰ período em que também encontramos a nomeação morador novo. Nos mapas populacionais de 1803, 1805, 1808, 1810, 1811 e 1816,⁶¹ temos as seguintes informações sobre moradores novos:

- em 1803, apenas um: o fogo n. 60, de Ignacio Nunes casado, branco de 27 anos, natural de Viamão e ofício de sapateiro, com 1 pessoa;
- em 1805, foram dois: o fogo n. 78, de Liberato de Pinto, viúvo, pardo de 26 anos, natural de Curitiba e pobre, com 9 pessoas; e o fogo n. 81, de Bento dos Santos,

⁵⁷ IHGPR: Documentos Interessantes, v. XXIII, p. 12.

⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino - ACL - N- Rio Grande do Sul. n. catálogo 172. p. 1-7.

⁵⁹ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo, documento 164. p. 58-59.

⁶⁰ APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Em 1803, eram 599 habitantes; em 1805, decaiu para 536; em 1808, subiu para 776; em 1810, decaiu para 608; em 1811, aumentou para 779; em 1816, aumentou para 995. São números do total da população, há presença de livres, forros e escravos.

⁶¹ APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

casado, branco de 30 anos, natural de Curitiba e vive de seus negócios no campo, com 8 pessoas;

- em 1808, foram seis novos moradores, todos naturais de Curitiba e sem identificação de ocupação: o fogo n. 84, de Angelo Canhada, casado, branco de 50 anos, com 6 pessoas; o fogo n. 85, de José Vaz, casado, branco de 30 anos com 3 pessoas; o fogo n. 86, de Antonio Gonçalves, branco de 40 anos, com 6 pessoas; o fogo n. 87, de João Ribeiro, viúvo, branco de 40 anos, com 4 pessoas; o fogo n. 88, de Evaristo Rodrigues, casado, branco e de 20 anos, com 2 pessoas; e o fogo n. 138, de Boaventura Garcia, casado, pardo de 40 anos, com 7 pessoas;

- em 1810, mais dois novos moradores: o fogo n. 101, de Francisco da Silva, casado, branco de 30 anos, natural de São Paulo e vive de suas lavouras, com 2 pessoas; e o fogo n. 102, de José Dias, casado, pardo de 60 anos, natural de São Paulo e que vivia de seus mantimentos, com 2 pessoas;

- em 1811, novamente não aparece a ocupação nos três novos moradores: o fogo n. 40, de Manoel de Moura, casado, branco de 67 anos e natural da Freguesia de Santiago, com 2 pessoas; o fogo n. 113, de Bento Alves, casado, branco de 53 anos e natural de Curitiba, com 10 pessoas; e o fogo n. 114, de Francisco Luiz, casado, pardo de 40 anos e natural da vila do Príncipe, com 7 pessoas;

- em 1816, são quatro moradores novos: o fogo n. 52, de Albino Fernandes, casado, pardo e de 18 anos, com 2 pessoas; o fogo n. 57, de Bento da Costa, casado, pardo de 25 anos, e natural de Curitiba, com 2 pessoas; o fogo n. 58, de José Manoel, casado, pardo de 20 anos, e natural de Curitiba, com 3 pessoas; e o fogo n. 148, de Pedro Manoel, casado, branco de 28 anos e natural de Castella, com 3 pessoas.

No total, foram 79 pessoas distribuídas em 18 fogos, o que indica um número pouco expressivo, e no ano de 1808 mais casais se estabeleceram na vila. Os fogos com 2 pessoas compreendem o casal. Do número total, temos 32 filhos, 13 agregados e 1 escravo. O número de filhos (40%) indica que esses indivíduos compunham a mão de obra familiar; como eram solteiros, iriam casar-se e favorecer o crescimento populacional. Se partirmos dos mapas populacionais, podemos afirmar que houve aumento populacional: em 1803, eram 599

habitantes (492 livres e 107 cativos), saltando para 995 (871 livres e 124 cativos) em 1816.⁶² Tratou-se de um aumento geral de 599 para 995 habitantes, cerca de 66%, sendo que os livres saltam 77% e os cativos 15%, mostrando que essa fronteira era realmente uma oportunidade também para setores menos afortunados. Esses números mostram que, apesar das poucas indicações de moradores novos, a povoação prosperou lentamente com a chegada de homens, e não somente com a reprodução endógena na vila.

Em síntese, nos primeiros dezessete anos (1777-1794)⁶³ de ocupação, a população total de Lages aumentou em 167 pessoas, um aumento tímido; o percentual maior era de “rapazes e raparigas”, com idades entre 7 e 15. No decorrer de mais vinte anos (1794-1816)⁶⁴, o aumento foi de 170 pessoas, com percentual maior no número de jovens e adultos, o que também se evidenciou nos anos seguintes. Em 1850, há mais de 3000 habitantes do que em 1777, e mais de 25%⁶⁵ da população era do sexo feminino e abaixo dos 20 anos. Enquanto no período de 1776 a 1816 temos uma maior oscilação populacional e sua taxa de crescimento chegou a 1%, no período de 1816 a 1850 houve um crescimento de 4,6%. O aumento após 1816 é espantoso. Este aumento pode estar associado à estabilidade nas guerras contra os indígenas, no fim das disputas políticas entre capitânicas, o cessar das guerras no Brasil Meridional entre portugueses e espanhóis e quiçá além do listados, chegaram e se fixaram novos habitantes.

A incidência maior de população jovem feminina e masculina ao longo do período possibilitou a procriação e conseqüentemente o aumento populacional. Comparando o número de fogos com a população total, temos uma média de 7 habitantes por fogo. Em geral, habitam o fogo o casal, os filhos, os agregados e os escravizados. Sobre as especificidades dos habitantes trataremos adiante; aqui queremos apenas demonstrar que homens e mulheres se fixaram e constituíram família desde os primórdios da colonização. Portanto, é possível perceber que, ao longo de sete décadas, os habitantes (escravos, forros e livres) nascidos na vila ou migrantes propiciaram, ainda que de maneira tímida e lenta no início, a ocupação dos campos. O principal estímulo para se deslocar era a possibilidade de acesso à propriedade da terra associada à criação de animais e ao cultivo da terra.

⁶² APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

⁶³ APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Anos 1777: 658 habitantes; destes, 55 índios e 36 índias. Nos demais censos, não aparecem mais separados.

⁶⁴ APESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

⁶⁵ Eram 862 solteiras, 144 casadas e 2 viúvas.

Numericamente é demonstrado um crescimento tímido; o distanciamento da vila em relação a outras vilas e os constantes ataques/confrontos com indígenas certamente não eram atrativos favoráveis para novos habitantes. A bandeira empreendida por Correia Pinto e outros homens não foi suficiente para criar um espaço seguro, e a falta de auxílio efetivo dos governadores na instalação dos novos habitantes fazia com que a vila de Lages não fosse um local de atração – foram necessários em torno de 40 anos para que a população triplicasse. Outro fator: as terras estavam disponíveis, mas torná-las produtivas exigia trabalho e ferramentas, os que não dispunham de recursos humanos e materiais procuravam locais em que tal disponibilidade fosse mais acessível.

Além da busca por casais para criar uma ‘boa’ povoação, Oliveira Vianna destaca que, entre as ordens do Morgado de Mateus a Correia Pinto, estava a preocupação em levar desocupados à futura Vila:

[...] a grande utilidade da fundação de Lajes para os povos desta capitania, que, por necessidade, andam vagabundos, sem ter para onde se acomodem, onde façam casa da sua vivenda, e onde plantem para o sustento das suas casas e para pagarem dízimos a Deus Nosso Senhor. Porquanto, tendo determinado, em virtude de ordens de S. Majestade, aumentar as povoações desta capitania, e tendo notícia de que na paragem chamada Lajes, sita no sertão de Curitiba, há terras suficientes para se estabelecer uma boa povoação, ordeno ao capitão-mor, [...] sirva de diretor, fundador e administrador. [...] E lhe permito convoque para o dito efeito todos os forros carijós administrados que tiver notícia andam vadios, e não têm casa e nem domicílio certo, não são úteis a República, e os obrigue a ir povoar as ditas terras.⁶⁶

Com relação aos possíveis *desocupados e vadios* e sua fixação na vila, somente no mapa dos habitantes de 1798, realizado pelo segundo capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, são elencados os *vadios*. Na coluna “ocupações”, constam 3 *vadios* e mendigos, e mais 18 pertencentes ao corpo militar, 2 da magistratura e empregos civis, 1 do clero secular, 1 religioso,

⁶⁶ VIANNA, 1987, p. 79.

36 agricultores, 7 negociantes, 12 jornaleiros, 3 que vivem de suas vendas, 40 escravos e 30 escravas. Não há como saber o número exato dos nominados *vadios*, mas juntamente com os mendigos somam 2,0% da população total, um número reduzido. Não há informações com nomes, idades e locais de origem desses indivíduos. Na carta, o Morgado de Mateus menciona que os *vagabundos* da Capitania seriam de grande utilidade, contudo, conforme evidenciado nos maços populacionais eles são inexpressivos na vila.

Laura de Mello e Souza, em seu estudo sobre a pobreza mineira no século XVIII, afirma que na colônia existiu, em função da noção de trabalho aqui constituída, a categoria de vadio, que ela utilizou em seu trabalho como sinônimo de “desclassificado social”. Ainda segundo a autora, entre as utilidades dos *vadios*, está a de povoar as novas zonas de expansão, e frequentemente eram recrutados para compor as milícias das colônias. Nesse contexto, as regiões como a pesquisada por Mello e Souza possuíam um grande contingente de *vadios* que podiam ser aproveitados em outros espaços da colônia; assim, em 1777, o governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, pediu ao governador de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, que enviasse homens ao sul. Dentre os 4.000 homens (brancos, pardos, negros) recrutados, uma grande quantidade ficou pelo caminho, pois “não se poderia tirar nenhuma utilidade”; outros, “o governador de Viamão ficou com 140, que vestiu e armou em duas companhias de caçadores; o capitão-mor da vila de Lages escolheu 200 e os enviou como socorro para Laguna”; e mais de 100 foram aproveitados na produção de alimentos para as tropas.⁶⁷

Um ano depois (1799), no censo, o capitão elencou os *vadios*, que representam menos de 2% da população. Talvez fossem alguns que foram enviados a pedido do governador de São Paulo e como naquele período o termo *vadio* era recorrente, foi utilizado. Mas, provavelmente, os que permanecessem em Lages tornaram-se proprietários ou agregados e passaram a servir a capitania, pois, nos registros realizados entre 1800 e 1820, os capitães-mores recensearam os que possuíam propriedades e realizavam atividades agrícolas e de comércio, e não mais elencaram os *vadios* nos mapas populacionais.

Havia um esforço para arregimentar homens para ocupação, para definir fronteiras, mas poderia escapar ao controle criando problemas internos quando os mesmos não realizavam

⁶⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 60-89.

atividades agrícolas e de pecuária. Ferlini argumenta a partir do conceito de “territorialização da fronteira” os processos empreendidos pelos governadores da Capitania de São Paulo na ampliação das possessões e de fronteiras.⁶⁸ Estes esforços gradativamente foram cessando as querelas dos limites entre as capitanias. Contudo, somente em 1820, quando a jurisdição da vila passou para a capitania de Santa Catarina é que houve maior reconhecimento das elites dos campos de Viamão sobre o território dos campos de Lages.

Sobre os capitães-mores, nas quatro primeiras décadas, a responsabilidade pelo povoamento e pela defesa da vila esteve nas mãos de dois capitães-mores: primeiro de Antonio Correia Pinto, depois de Bento do Amaral Gurgel. Antonio Correia Pinto permaneceu à frente das atividades de administração, defesa e povoamento de 1766 até sua morte, em 28 de setembro de 1783. Com sua morte, a vila ficou três anos sem um administrador oficial. Em 1786, para dar continuidade na ocupação e povoamento seguro dos campos, foi nomeado como capitão-mor o Regente Bento do Amaral Gurgel Annes, que também permaneceu até sua morte, em 1812.⁶⁹

O capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, por duas vezes, entre 1786 e 1812, foi afastado do cargo; o governador de São Paulo, Antônio da França e Horta, colocou em dúvida a patente de Amaral Gurgel. A primeira vez foi em 1804,⁷⁰ quando o governador de São Paulo encaminhou ofício à câmara da vila determinando novas eleições para o cargo de capitão-mor. A nova eleição era justificada pela falta da confirmação régia da patente do então capitão-mor. Em 1805, a Câmara indicou e o governador aceitou o tenente Baltazar Joaquim de Oliveira como novo capitão-mor. Mas, no mesmo ano, França e Horta restituiu no cargo Bento do Amaral Gurgel, pois, por determinação do Conselho Ultramarino, as patentes anteriores a 1795 não precisavam de confirmação.⁷¹

A segunda vez foi em 1809,⁷² quando França e Horta novamente determinou a substituição do capitão-mor. Mas a substituição não ocorreu porque imediatamente o

⁶⁸ FERLINI, Vera. Lúcia. Amaral. São Paulo, de Fronteira a Território: uma Capitania dos Novos Tempos. In: *Laboratório do Mundo: Idéias e Saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

⁶⁹ PEREIRA, Cláudio Nunes (Org.). *Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, séculos XVI, XVIII e XIX*. v. 1, 2006, p. 120, 125-126.

⁷⁰ APESP: Documentos Interessantes, LVI, p. 21.

⁷¹ APESP: Documentos Interessantes, LVI, p. 224-225.

⁷² APESP: Documentos Interessantes, LVI, p. 228.

governador explicou o equívoco, através de ofício datado de 8 de novembro.⁷³ De acordo com a explicação do governador, somente haveria substituição caso Amaral Gurgel tivesse impossibilidade de continuar no comando. O indicado pelo governador para uma possível substituição era o capitão Manoel Cavalheiro Leitão.

Com a morte do capitão-mor Amaral Gurgel, o terceiro capitão-mor foi escolhido entre três candidatos: João Annes do Amaral Gurgel, Manuel Cavalheiro Leitão e Joaquim Ribeiro do Amaral, todos ocupavam cargos na câmara da vila. João Annes era filho de Bento do Amaral e foi o que o sucedeu. Ele permaneceu até 2 de junho de 1814, quando faleceu.⁷⁴ Provisoriamente assumiu o tenente Baltazar Joaquim de Oliveira, e em 1818 foi empossado o capitão-mor Inácio de Almeida. O novo capitão-mor se encontrava fora da vila, em expedição nos campos de Guarapuava. Diante disso, no mesmo ano, assumiu definitivamente o tenente Baltazar, que permaneceu até 1820, quando a vila de Lages passou à jurisdição da capitania de Santa Catarina.

Esses indivíduos foram capitães-mores e sua função/cargo era administrativa, diferentemente dos cargos de capitães-mores das ordenanças, que eram responsáveis pelo recrutamento militar – recrutamento que, em Lages, era difícil de ser realizado pela falta de homens, e os que faziam parte do corpo militar muitas vezes debandaram. Os capitães-mores eram nomeados pelo rei; no caso de Lages, pelo governador da Capitania de São Paulo. A indicação ficou evidente no caso da deposição e recondução ao cargo do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel pelo governador França e Horta. Em Lages, o cargo de capitão-mor administrativo foi vitalício, e estes indicavam nomes, retirados entre os *homens bons* da vila, para o cargo de capitão-mor das ordenanças.

De acordo com Kunh, o cargo de capitão-mor administrativo era maior do que o exercido pelo capitão-mor das ordenanças, “principalmente pela abrangência de suas atribuições”, entre elas, executar sentenças, demarcar e tomar posse de terras em nome do rei, “podendo dar sesmarias às pessoas que julgasse serem merecedoras”.⁷⁵ O poder de conceder sesmarias foi utilizado pelos capitães-mores na vila de Lages, por exemplo, na relação das

⁷³ APESP: Documentos Interessantes, LVI, p. 229.

⁷⁴ João Annes possuía aproximadamente 30 anos. A causa mortis encontra-se ilegível. Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages/SC: Livro de óbitos 1799-1822. Livro 02, p. 33. Falecimento registrado pelo vigário José Nunes de Gaspar em 02 de julho de 1814.

⁷⁵ KUHN, 2006, p. 40-41.

propriedades de 1818: uma das propriedades do capitão da Companhia de Cavalaria Pedro da Silva Ribeiro foi dada pelo capitão-mor regente.⁷⁶

Segundo Gil, o capitão era senhor de prestígio e poder:

Além do mando sobre os escravos, os capitães também controlavam a política. [...] Mas ser capitão não era algo inato, ainda que em muitos casos fosse quase hereditário. Ser Capitão era algo desejado, um reconhecimento da ascensão ou manutenção da posição social. E quem acabava regulando, desta forma, a reprodução da hierarquia no ultramar, era a Coroa que tinha o poder de conceder e confirmar aqueles postos.⁷⁷

A descrição e análise do autor são condizentes com os capitães-mores da vila de Lages, que eram importantes proprietários de escravos e fazendas de cultivo e criação de animais. A sucessão ocorreu somente após a morte tanto de Correia Pinto quando de Bento do Amaral Gurgel, transformando-se em poder vitalício; só não foi hereditário para o terceiro capitão devido ao falecimento de João Annes.

Nesse período, a organização política da vila girava em torno de uma das principais famílias da vila, a Amaral Gurgel. A “boa origem” era requisito para ocupar os postos administrativos e militares; assim formaram um *bando*, pois o tenente Baltazar era sobrinho de Correia Pinto e genro de Bento do Amaral Gurgel, Manuel Cavalheiro era cunhado e sobrinho de Bento do Amaral Gurgel e, como já indicado, João Annes era seu filho. Segundo Antonio Sampaio:

Para a elite senhorial, por sua vez, a ocupação de semelhantes postos militares também trazia grandes vantagens. Em primeiro lugar, o fato de servirem ao rei em suas conquistas 'à custa de suas vidas e fazendas', como é corriqueiro nos documentos, os inseria na economia das mercês como importantes credores da atenção régia. Além disso, o combate a índios e quilombolas significava muitas vezes o acesso privilegiado a terras e mão de obra. O poder político daí advindo era considerável.⁷⁸

⁷⁶ APESP: ordem CO9869, ano 1818.

⁷⁷ GIL, 2009, p. 224.

⁷⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 470.

O território da vila compunha parte do planalto dos campos de Cima da Serra, cercado pelos rios Caveiras, Canoas e Lageado, pela abundante mata de araucária e campos para pastagem de animais e produção agrícola. Um dos maiores desafios dos governadores da capitania, dos capitães-mores e do senhorio local foi, além do problema inicial – estabelecer os limites da nova vila –, combater e eliminar indígenas, atrair e garantir aos homens recém e suas famílias que migravam a permanência nessas paragens.

O local e o lugar de poder dos indivíduos nesses campos determinaram as regras para acolher e expulsar, assim, os processos de constituição da história da vila de Lages requer conhecer a gênese dos que habitavam estas paragens, que apesar de estarem distantes dos olhos da Coroa, ensejaram a dinâmica de ocupação do território colonial, isso significa estudar esta sociedade que se formou em suas múltiplas faces caracterizada pelas negociações e conflitos a partir de suas configurações internas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das primeiras quatro décadas da vila de Lages não destoa dos interesses do avanço de fronteiras na colônia portuguesa. Fronteiras que determinavam a chegada de novos homens e a saída (expulsão) dos que não eram bem-vindos ou freavam a ocupação a partir da dinâmica da cultura de colonização portuguesa. Interligar locais no vasto interior da Capitania de São Paulo, na direção norte-sul, foi um dos objetivos dos governadores a partir da segunda metade do século XVIII, em que irão empreender um esforço político e social para que ocorresse um novo povoamento. Logo, que homens iriam povoar? Que atividades iriam desenvolver?

O fato é que o caminho das tropas pelo interior entre os campos de Viamão e os de Curitiba precisavam ser efetivados e guarnecidos. Assim, os governadores da Capitania de São Paulo concederam benefícios a “homens bons” que se dispusessem a abrir caminhos e posteriormente aos que residissem nos limites com a Capitania de São Pedro (correspondente ao atual Rio Grande do Sul). Ainda, dinâmicas sociais e econômicas ocorreram nos campos de Lages com a criação da vila e a presença de capitães-mores, entre elas, a distribuição de

sesmarias e a introdução da mão de obra escravizada para criação de animais e cultivo agrícola, os postos de controle de passagem dos animais vindos do Sul e o aumento no fluxo da atividade do tropeirismo.

Há que evidenciar, embasados pelos documentos/registros produzidos pelos capitães-mores, as dificuldades no povoamento com a falta de segurança aos colonos pelos constantes conflitos com indígenas e o isolamento ocasionado principalmente pelo distanciamento de outras vilas e cidades, faz com que estes capitães negociassem e concedessem benefícios aos que se dispunham a permanecer, especialmente aos que foram descritos como brancos e com capitais para impulsionar o avanço da fronteira agrária com as fazendas de criar, e aos médios e pequenos proprietários como parceiros no povoamento com vistas à possibilidade de acesso à propriedade da terra e quiçá maior mobilidade social. Ainda, A mobilidade social e a mestiçagem fizeram parte da composição social da vila de Lages, não em uma linha de evolução, mas nas contradições da sociedade da época.

Os documentos analisados no texto indicam que os capitães-mores da vila de Lages eram homens que criaram redes de poder na formação da elite local. Ao mesmo tempo uma amostragem das relações (negociações, conflitos) estabelecidas nesta fronteira. Ainda, dialogamos com estudos em que evidenciam comportamentos, normas de que homens poderiam acessar o território em expansão da Capitania de São Paulo.

Pensar as configurações da criação da vila e a presença/participação dos capitães-mores, seja como for, propiciou a incorporação dos campos de Lages ao Império português e sua inserção na vida política e econômica da colônia.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – APESP. *Documentos Interessantes*, anos indicados.

_____. *Maços de População*. Lages 1776-1818.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ- IHGPR. *Documentos Interessantes*, anos indicados.

____. *Arquivo da Torre do Tombo*, anos indicados.

Obras Gerais

ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 186. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora Senac-Funag, 2001.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CERCEAU NETTO, Rangel. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: edições UESB, 2010.

CERCEAU NETTO, Rangel. Famílias mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar nas Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo, Annablume, 2011.

DEL PRIORI Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FARIA, Sheila. *A colônia em movimento: fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera. Lúcia. Amaral. São Paulo, de Fronteira a Território: uma Capitania dos Novos Tempos. In: *Laboratório do Mundo: Idéias e Saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. São Paulo: Conquista, 1961.

HERBERTS, Ana Lúcia. *Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC*. Tese (Doutorado em História), PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KLEIN, Herbert. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Revista estudos econômicos*. v.19, n.2. São Paulo, Maio-Agosto, 1989.

KUHN, Fábio. *Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFF, Niterói/RJ, 2006.

LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba: Juruá, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. *População e Família*. USP-FFLCH. n.º.3. São Paulo, 2000.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.

PEREIRA, Cláudio Nunes (Org.). *Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, séculos XVI, XVIII e XIX*. v. 1, 2006.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul, séculos XVI a XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), PPGH/UFSC, Florianópolis, 1989.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, 2015, p. 667-688.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil-Colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 8. Abril, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul*. 1. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. da UFF, 1987.

VICENZI, Renilda. *Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2015.

Recebido em: 22/07/2021 – Aprovado em: 18/11/2021